



Editorial

Dossiê Educação e Justiça Social

Esta edição da Revista Diálogo Educacional dedica-se à discussão de uma temática importante já discutida entre pensadores sociólogos e educadores nos dias de hoje: educação e justiça social. Promete trazer novos elementos de análise sobre esta questão, uma vez que, o debate guarda controvérsias a partir de elementos ainda pouco discutidos.

No contexto brasileiro apresenta-se um momento determinante em relação à promoção da justiça social por meio da educação, tendo em vista novas perspectivas educacionais assumidas nas últimas décadas, seja na educação inclusiva, universalização do acesso, a complexidade da recepção das diferenças e desigualdades sociais no universo educacional, etc. Diante deste contexto se faz pertinente propor uma discussão com novas abordagens, expectativas e experiências em relação ao papel educacional na promoção da justiça social.

O primeiro aspecto que aparece no contexto da discussão apresentada nesta edição da Revista Diálogo Educacional na perspectiva de algo novo na discussão do papel da Educação na promoção da Justiça Social diz respeito à pluralidade de análise que compõem os diversos textos aqui apresentados. Neste Dossiê a diversidade do método e do olhar científico é bem-vindo e considerado necessário, dada a complexidade da temática em estudo.

O segundo aspecto que contribui com um diferencial para esta edição da Revista Diálogo Educacional é o atendimento à diversidade de questões ainda carentes de análises envolvidas no debate em relação à promoção da justiça social por meio da educação. Trata-se de um tema que guarda complexidades envolvendo particularidades desde às

questões teóricas e conceituais às de caráter interventivo inerentes à ação pedagógica do dia a dia da escola.

Os textos que compõem esta edição da Revista Diálogo Educacional se originaram, inicialmente, dos debates realizados entre os pesquisadores do Grupo de Pesquisa CR 30 da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa procurando enriquecer suas problemáticas de pesquisa com os contributos de pesquisadores brasileiros dedicados ao estudo desta temática.

A organização estrutural desta edição da Revista Diálogo Educacional apresenta-se dividida em três partes: as contribuições destinadas à discussão do Dossiê Educação e Justiça Social; as contribuições para a parte destinadas para Artigos e as contribuições consideradas Documentos.

Abre-se a discussão referente ao Dossiê Educação e Justiça Social com o artigo intitulado “Competirá à escola gerar Justiça Social? Teses para discussão de uma relação paradoxal” de autoria de Cristina Pinto Albuquerque, da Universidade de Coimbra — Portugal. Neste texto a autora discute a dimensão teleológica da escola, ponderando em que medida cabe à escola ou não promover maior justiça social ou contribuir para a minimização das desigualdades socioeconômicas. Complementando, a autora discute as teses da massificação ou democratização do acesso à educação e da revalorização de competências funcionais de integração no mercado de trabalho. A tese defendida é que não cabe à escola o ônus da efetivação de um mundo mais justo como ideal político e moral, mas cabe-lhe assegurar a capacitação dos cidadãos para, pela sua ação, se constituírem como sujeitos críticos e promotores de mudança.

O segundo texto do Dossiê, intitulado “Justiça social e modelos de educação: para uma escola justa e de qualidade Social” é de autoria de Carlos V. Estêvão da Universidade Católica Portuguesa, Braga, Portugal. O autor inicia caracterizando a justiça social nos tempos de hoje, enquadrando-a num registro de anormalidade, tendo presente não apenas a sua dimensão teórica plural mas também o plano da normatividade. A seguir,

detém-se de modo particular em algumas virtualidades educativas e implicações em termos de qualidade educativa.

O Dossiê conta com o terceiro texto de autoria de Lindomar Wessler Boneti, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, intitulado “Educação para a justiça social, agentes insurgentes e a crise do instituído”. O autor dedica-se a analisar uma tensão que se apresenta entre a expressão do mundo da vida, expressa pela insurgência e transgressão, e o instituído (o conjunto de regras, normas e valores). Argumenta o autor que esta tensão se explica pelo distanciamento entre a epistemologia do instituído, a qual não contempla o mundo da vida e, portanto não atribuindo racionalidade à expressão da insurgência e da transgressão.

O quarto texto, intitulado “O *eLearning* em estabelecimentos prisionais: possibilidades e limites para a inclusão digital e justiça social”, de autoria de Angélica Maria Reis Monteiro da Universidade do Porto e do Instituto Piaget, José António Moreira da Universidade Aberta e Carlinda Leite da Universidade Aberta, Portugal, respectivamente. Neste artigo os autores analisam o processo de formação num estabelecimento prisional português, com recurso ao *eLearning* e seu contributo como procedimento para a promoção da justiça social. Destacam que, ao nível de justiça social, tem-se o aumento da oportunidade de acesso e de participação em ambientes digitais, o aumento da autoestima e o desenvolvimento de competências de aprendizagem. Mas, não deixam de apontar como obstáculos, a desmotivação e a dificuldade de conciliação da formação com a rotina diária.

Na sequência do Dossiê, apresenta-se o quinto artigo, de autoria de Romilda Teodora Ens, Maria Lourdes Gisi e Ana Maria Eyng, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, intitulado “Justiça escolar em um contexto de contradições: as representações de estudantes de licenciatura”. Neste artigo as autoras analisam a efetividade das políticas educacionais relacionadas à justiça social na escola de educação básica. Segundo as autoras, o tema é complexo e estudado num contexto caracterizado pelas tensões entre a inclusão da diversidade e a exclusão produzida na extrema valorização dos índices avaliativos, previstas nas políticas

educacionais. Analisam o resultado de uma pesquisa sobre as representações dos estudantes de cursos de licenciatura sobre a concepção de justiça na escola e como se efetivam as práticas relacionadas à justiça no contexto escolar.

O sexto texto do Dossiê, intitulado “Manifestações de protestos nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena”, é de autoria de Maria da Glória Gohn, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Neste texto a autora analisa as especificidades e novidades presentes nas manifestações públicas em ruas e praças no Brasil a partir de Junho de 2013, do ponto de vista dos sujeitos participantes, segundo suas práticas, ideologias, utopias motivadoras, repertórios das ações, espaços / tempos de ocorrência, e impactos na sociedade e no governo. Inicialmente a autora contextualiza historicamente as manifestações, busca explicitar categorias centrais na temática tais como, povo, massa e multidão, assim como aborda as diferentes denominações que os novíssimos sujeitos em cena obtiveram, dados pela mídia ou por analistas. Nas conclusões a autora destaca o fato das manifestações inaugurarem um ciclo de lutas sociais com significados novos; de construir novas lógicas às ações coletivas em espaços públicos, organizadas pelo ativismo digital no ciberespaço; e de serem fontes de aprendizagens, ensinamentos e produção de novos saberes, especialmente entre os jovens.

O sétimo artigo pertencente ao Dossiê é de autoria de Júlia Siqueira da Rocha, Ione Ribeiro Valle e Tiago Ribeiro dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado “Um diário de notas rasgado em pedaços: indisciplina e condutas de risco na escola”. Neste artigo analisa-se uma situação escolar relativa à indisciplina, a partir de um referencial sociológico não somente como forma de transgressão à norma, mas como um valor que traciona condutas de riscos da parte do alunado. Problematiza-se também a ideia de justiça social operada pela escola quando a indisciplina pertence ao seu meio.

O oitavo e último artigo do Dossiê, é intitulado “O Declínio da Autoridade Docente na Escola Contemporânea”, de autoria de Joyce Kelly

Pescarolo e Pedro Rodolfo Bodê de Moraes da Universidade Federal do Paraná. Neste artigo os autores problematizam a questão da autoridade docente na escola atual a partir de uma pesquisa realizada em 20 escolas públicas de Curitiba e região metropolitana, sendo 9 escolas estaduais e 11 municipais onde um dos temas recorrentes relatados como um grande problema da educação na atualidade pelos profissionais da área foi a perda de autoridade na relação com o alunado.

No que se refere aos artigos, o primeiro é de autoria de Maria de Lourdes Pinto de Almeida da Universidade do Oeste de Santa Catarina e Alson Bastos Pereira da Universidade do Planalto Catarinense, intitulado “Políticas Públicas, Estado e Gestão Escolar no Brasil: Compassos e Descompassos” Neste artigo os autores analisam a gestão educacional, procurando superar, por meio de uma outra cultura de formação do gestor, a falta de referencial teórico em aspectos fundamentais da sociedade, da civilização e da cultura. Argumentam que se pode dizer ainda que as perspectivas atuais estão mais abrangentes e englobam aspectos de totalidade na formação dos gestores. Elementos importantes no tempo são extremamente necessários: integração dos conhecimentos; compromisso ético; atualização contínua do conhecimento; consideração dos aspectos sociais no desenvolvimento das pesquisas e das atividades profissionais; comportamento investigativo.

O segundo e último artigo, apresenta-se intitulado “Pronatec como procedimento de in/exclusão da governamentalidade neoliberal” de autoria de Maria Izabel Costa da Silva e Ana Paula Figueiredo Louzada ambas da Universidade Federal do Espírito Santo. Neste artigo as autoras apresentam parte de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — Pronatec — e sua operacionalização em um campus do Instituto Federal do Espírito Santo. No artigo as autoras problematizam a perspectiva de inclusão social e produtiva presente no referido programa governamental para públicos ditos em “situação de vulnerabilidade e risco social”.

Aprofundando, as discussões do dossiê e dos artigos, dois documentos possibilitam ao leitor, inicialmente, um contado com “Condições de avaliação e internacionalidade da pesquisa em ciências sociais hoje”, conferência proferida na Aula Magna do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-PUCPR), no dia 14 de maio de 2014 por Michael Messu.

Como segundo documento a “Entrevista com Dr. Zygmunt Bauman: sociedade, linguagem e modernidade líquida”, realizada por Léo Peruzzo Júnior da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), em 2015.

Agradecemos a todos que colaboraram com esta edição da Revista, seja como autores dos artigos e documentos publicados, bem como aos pareceristas. O resultado alcançado traduz o esforço coletivo de todos os envolvidos. Fica o convite à leitura de mais este número da Revista Diálogo Educacional. Venha conferir!

Desejamos que as pesquisas publicadas sejam um contributo à reflexão e a novos debates sobre Educação e Justiça Social.

Lindomar Wessler Boneti
Romilda Teodora Ens

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curitiba, março de 2016